
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO TEÓRICA (*)

DOI: 10.5700/rege 430

ARTIGO – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Gilberto Clarício Martinez Guerra

Mestre em Administração pelo PPA/UEM-UEL – Programa Consorciado entre a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Londrina – Londrina-PR, Brasil

Recebido em: 31/10/2009

Aprovado em: 18/8/2010

Elisa Yoshie Ichikawa

Professora do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC, Brasil

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi propor a utilização conjunta da Teoria das Representações Sociais e da Teoria Institucional como uma opção para a análise de fenômenos organizacionais que vise identificar o entendimento que os membros de uma organização possuem de um determinado objeto/sujeito, assim como a formação desse entendimento. Para atingir o objetivo estabelecido, realizou-se um debate teórico acerca de ambas as teorias. Para trabalhar a Teoria das Representações Sociais, utilizaram-se principalmente os conceitos de Moscovici (1978) e de Jodelet (2001), entre outros autores importantes. Já para o processo de institucionalização, recorreu-se mais aos autores Berger e Luckmann (1996) e Tolbert e Zucker (2007), cujas ideias foram complementadas com as de outros autores. Na comparação entre os pontos comuns, observou-se o início predominantemente determinista de ambas as teorias e, mais atualmente, a ênfase nos aspectos cognitivos. No último tópico, elaborou-se uma figura que descreve como ocorre o processo de institucionalização das representações sociais. O estudo conclui, levando em consideração os aspectos cognitivos, emocionais, as relações de poder e os interesses envolvidos no processo, que a união da Teoria das Representações Sociais com a Teoria Institucional é adequada para que se compreendam os fenômenos organizacionais, assim como sua formação.

Palavras-chave: Teoria institucional, Teoria das Representações Sociais, Organizações.

INSTITUTIONALIZATION OF SOCIAL REPRESENTATIONS: A PROPOSED THEORETICAL INTEGRATION

ABSTRACT

The objective of this study was to propose joint use of the Theory of Social Representations and the Institutional Theory as an option for analysis of organizational phenomena that aim to identify the understanding that members of an organization have of a determined object/subject as well as the formation of this understanding. To achieve the objective, there was a theoretical debate about both theories. To work on the Social Representations Theory, the concepts of Moscovici (1978) and Jodelet (2001) were used primarily as well as other important authors. For the process of institutionalization, we essentially used the authors Berger and Luckmann (1996) and Tolbert and Zucker (2007) whose ideas were complemented by those of other authors. When comparing the common points, the predominantly deterministic beginning of both theories was observed prior to their emphasis on cognitive aspects. In the last section, a figure was elaborated that describes how the process of institutionalization of social representations occurs. The study

concludes taking into consideration the aspects of cognitive, emotional, power relations and interests involved in the process and states that the Theory of Social Representations together with the Institutional Theory is adequate for understanding the organizational phenomena, as well as their formation.

Key words: *Institutional Theory, Theory of Social Representations, Organizations.*

LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE REPRESENTACIONES SOCIALES: UNA PROPUESTA DE INTEGRACIÓN TEÓRICA^(*)

RESUMEN

El objetivo del presente estudio fue proponer la utilización conjunta de la Teoría de las Representaciones Sociales y de la Teoría Institucional como una opción para el análisis de fenómenos organizacionales que se proponga identificar el entendimiento que los miembros de una organización poseen de un determinado objeto/sujeto, así como la formación de ese entendimiento. Para alcanzar el objetivo establecido, se realizó un debate teórico acerca de ambas teorías. Para trabajar la Teoría de las Representaciones Sociales, se utilizaron principalmente los conceptos de Moscovici (1978) y Jodelet (2001), entre otros autores importantes. Ya para el proceso de institucionalización, se recurrió más a los autores Berger y Luckmann (1996) y Tolbert y Zucker (2007), cuyas ideas fueron complementadas con las de otros autores. En la comparación entre los puntos comunes, se observó el inicio predominantemente determinista de ambas teorías y, actualmente, el énfasis en los aspectos cognitivos. En el último tópico, se elaboró una figura que describe como ocurre el proceso de institucionalización de las representaciones sociales. El estudio concluye, llevando en consideración los aspectos cognitivos, emocionales, las relaciones de poder y los intereses envueltos en el proceso, que la unión de la Teoría de las Representaciones Sociales con la Teoría Institucional es adecuada para que se comprendan los fenómenos organizacionales, así como su formación.

Palabras-Clave: *Teoría Institucional, Teoría de las Representaciones Sociales, Organizaciones.*

(*) Os autores agradecem à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná pelo suporte dado à realização do presente estudo.

(*) *The authors thank CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education) and the Araucaria Foundation for the Support of Scientific and Technological Development of Paraná for the support given to carry out this study.*

(*) *Los autores agradecen a Capes (Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior) y a la Fundación Araucaria de Apoyo al Desarrollo Científico y Tecnológico de Paraná por el soporte dado a la realización del presente estudio.*

1. INTRODUÇÃO

A teoria tem importância central para todas as ciências, e as Ciências Sociais e os estudos organizacionais não fogem a essa regra. Segundo May (2004), ela é útil para a interpretação dos dados empíricos; possibilita uma orientação geral sobre questões políticas, históricas, econômicas e sociais; fornece uma base para a reflexão crítica sobre a pesquisa e os sistemas sociais em geral; permite estabelecer ligações com campos específicos de interesse; e ajuda a localizar as descobertas no âmbito de uma teoria geral do funcionamento da sociedade. As descobertas sobre o mundo social são desprovidas de significado até que sejam situadas em um quadro teórico.

Diante desse contexto, o presente estudo faz uma discussão sobre duas teorias que vêm ganhando espaço nos estudos organizacionais, a Teoria das Representações Sociais e a Teoria Institucional, assim como propõe uma reflexão sobre a utilização de ambas as teorias nas análises de fenômenos organizacionais diversos.

Na Teoria das Representações Sociais, Moscovici (1978) menciona que a realidade exterior é remodelada ou reproduzida na forma de representações sociais, que são marcadas pelo contexto de valores, noções e regras que lhes são solidárias. Moscovici (2004) defende que uma importante distinção a ser feita é entre o universo

consensual e o universo reificado. No universo consensual, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada de sentido e finalidade, e o ser humano é a medida de todas as coisas. Já no universo reificado, a sociedade é transformada em um sistema de identidades sólidas, básicas, invariáveis, que não distinguem a individualidade, ignorando a si mesma e suas criações.

No universo consensual, as pessoas são vistas como iguais, livres e podendo falar por seu grupo. Todas agem como um amador responsável (sem ser especialista no assunto) ou um observador curioso ao expressar suas opiniões sobre política, sociologia, astronomia, etc. Já no universo reificado, as pessoas possuem diferentes papéis e classes, e os membros são desiguais. Deve-se adquirir competência para conseguir fazer parte do grupo desejado (MOSCOVICI, 2004).

O contraste mencionado provoca um impacto psicológico e divide a realidade em duas: por um lado, há o universo reificado dos conceitos; por outro, o universo consensual das representações sociais. O primeiro, por ocultar valores e vantagens, encoraja a precisão intelectual e a evidência empírica. Já as representações restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, tornando o conhecimento acessível a qualquer um (MOSCOVICI, 2004).

Em outras palavras, a Teoria das Representações Sociais ajuda a compreender como se dá o processo de transformação de conceitos do universo reificado

(ciência) para o universo consensual (senso comum) e a forma como integrantes desses universos compreendem esses conceitos. Assim, no universo reificado se constrói um mundo de “verdades” de uma sociedade, e intermediários, como a mídia e outros processos de comunicação, transmitem essas construções para os membros da sociedade, que por sua vez interpretam e utilizam esses conhecimentos em suas práticas cotidianas, muitas vezes transformando-os.

Para compreender melhor essa construção do conhecimento do senso comum, a junção da Teoria das Representações Sociais com a Teoria Institucional pode dar bons frutos. De acordo com Meyer e Rowan (1977), a institucionalização envolve os procedimentos pelos quais os processos sociais, obrigações ou realidades vêm a assumir uma condição de regra no pensamento social e na ação. Para Berger e Luckmann (1996), o estudo da institucionalização é necessário para entender a emergência, a manutenção e a transmissão de uma ordem social cuja origem que vai além das causas estabelecidas pelas constantes biológicas.

De acordo com DiMaggio e Powell (2005), o denominado novo institucionalismo apresenta uma perspectiva cognitiva e cultural para a explicação dos fundamentos da ação social. Selznick (1996) menciona que a interação entre cultura e organização é mediada por uma mente socialmente construída, ou seja, por padrões de percepção e avaliação, indo assim contra a perspectiva racionalista do homem, segundo a qual este realiza suas escolhas de modo totalmente consciente. Mesmo quando ocorre a coerção, ainda há a

interpretação cognitiva e sua estabilização no plano normativo.

Para Vieira e Carvalho (2003), a abordagem institucional diferencia-se de teorias de caráter racionalista por entender que o ambiente institucional (política, economia, cultura, etc.) molda as crenças, os valores e as ações do indivíduo. Como as instituições são resultado da construção humana, pode-se mencionar que o processo institucional é estruturado e estruturante simultaneamente, não sendo necessariamente racional e objetivo, mas sim fruto de interpretações e da intersubjetividade. Quando essas interpretações servem a um objetivo específico, passando a ter utilidade e sendo amplamente compartilhadas, adquirem-se caráter racional.

Em outras palavras, a Teoria Institucional ajuda a compreender como os processos sociais, obrigações, realidades ou representações sociais assumem uma condição de regra no pensamento social e na ação para os membros de uma determinada organização.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é propor a utilização conjunta da Teoria das Representações Sociais e da Teoria Institucional como uma opção para a análise de fenômenos organizacionais que vise identificar o entendimento que os membros de uma organização possuem de um determinado objeto/sujeito, assim como a formação desse entendimento. Para atingir o objetivo estabelecido, realiza-se a seguir um debate teórico acerca de ambas as teorias.

2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para Jodelet (2001:8), a representação social é “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações são criadas para informar o homem sobre o mundo à sua volta, construir o conhecimento sobre como se comportar, dominá-lo física e intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam. Minayo (1996:159) menciona que esse “termo se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade”.

De acordo com Moscovici (1978:26), “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Ela produz e determina os comportamentos, definindo a natureza dos estímulos e o significado das respostas a esses estímulos, exercendo uma função construtiva da realidade e sendo o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado.

Nota-se que as representações sociais orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais, intervindo em processos variados como: difusão e assimilação do conhecimento, desenvolvimento individual e coletivo, definição das identidades pessoais e sociais, expressão de grupos e transformações sociais. Observadas como fenômenos cognitivos, as implicações afetivas e normativas, a interiorização de experiências, as práticas, os modelos de conduta e

pensamento transmitidos pela comunicação social (JODELET, 2001) são analisados.

Jovchelovitch (2000) acrescenta que as representações sociais envolvem a cognição (conhecer o mundo de certo modo), os afetos (desejo e/ou paixão de saber ou não saber sobre o objeto) e a ação (práticas sociais). “Do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias” (MOSCOVICI, 2004:210).

Moscovici (1978) menciona que a representação social é sempre representação de algum objeto e de algum sujeito. A representação é uma construção e uma expressão do sujeito, pois este, ao manifestar as características do objeto, acaba por produzir uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações).

Todo o estudo da representação é realizado em razão de esta ser uma forma de conhecimento. Minayo (1996) acrescenta que as representações sociais, enquanto senso comum, ideia, imagem, concepção e visão de mundo que os sujeitos têm, são importantes fontes de pesquisa para as Ciências Sociais, mesmo não sendo necessariamente conscientes.

[...] representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um referencial de um pensamento preexistente; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são, sobretudo, o

objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que um novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis (MOSCOVICI, 2004:216).

Em razão dessa complexidade apontada por Moscovici (2004), Raudsepp (2005) menciona que a Teoria das Representações Sociais possibilita diversos tipos de estudos, como sobre o surgimento de uma representação social, a dinâmica das relações entre diferentes representações sociais, a apropriação de uma representação social por um indivíduo ou pelo coletivo para seu processo de socialização, o determinismo e o voluntarismo do indivíduo dentro de uma representação social, entre outros. O autor defende que para estudar esses temas são necessárias “alianças teóricas” com várias outras abordagens socioculturais, o que vai ao encontro da proposta do presente artigo.

Moscovici (1978) menciona que na representação social existe uma troca na qual as experiências e as teorias se modificam qualitativamente em seu alcance e conteúdo, o que acontece pelos meios de comunicação (jornais, televisão, rádios, conversações, rituais, etc.) ou pelas organizações sociais que comunicam (igreja, partido político, etc.).

Os elementos que formam as representações advêm de uma cultura comum e da linguagem (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2007). Neste processo de comunicação, as informações são alteradas,

pois elas se diferenciam, traduzem, interpretam e combinam da mesma forma que os grupos inventam ou interpretam os objetos sociais ou as representações de outros grupos. Assim, as palavras podem mudar de sentido, gramática, regras, e os conteúdos adotam outras formas (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici (1978, 2004) afirma que uma representação social constrói-se a partir de dois processos fundamentais: a objetivação e a amarração. Ao se objetivar, absorve-se um excesso de significações, que são materializadas, e transplanta-se, para o nível da observação, o que era apenas inferência ou símbolos (MOSCOVICI, 1978). A objetivação torna real um esquema conceptual, dando à imagem uma referência material, originando uma flexibilidade cognitiva; além disso, reabsorve o excesso de significações, materializando-as. Nesse processo, a observação dos homens torna-se testemunho dos sentidos e o universo desconhecido torna-se familiar a todos. O autor chama esse processo de “coisificação” – transformação de ideias em coisas fora da mentalidade do indivíduo –, proscrita na lógica da ciência e em partes do senso comum. Berger e Luckmann (1996) enfatizam a importância da significação – produção humana de sinais – durante a objetivação, pois ela cria índices acessíveis de significados subjetivos do aqui e agora. As mais comuns são as significações linguísticas.

De acordo com Moscovici (1978:173), a “amarração designa a firme inserção de uma ciência na hierarquia de valores e entre as operações realizadas pela sociedade”. Por meio desse

processo, a sociedade converte o objeto social em um instrumento acessível e transforma a ciência num quadro de referência em rede de significações. “A objetivação transfere a ciência para o domínio do ser e a amarração a delimita ao domínio do fazer, a fim de contornar o interdito de comunicação” (MOSCOVICI, 1978:174).

Já Jovchelovitch (2000:81) chama de objetificação e ancoragem as formas específicas de mediação social das representações sociais, “que elevam para um nível ‘material’ a produção simbólica de uma comunidade”, concretizando as representações sociais. Objetivar é transformar o familiar em não familiar, ancorando assim o desconhecido em uma realidade já institucionalizada, deslocando ou alterando os significados estabelecidos que as sociedades tentam perpetuar.

A regularidade do pensamento também pode ser atingida por meio da institucionalização das representações sociais, quando estas se tornam legítimas e bem aceitas pela sociedade. Quando institucionalizada, a representação social segue ao longo do tempo até ser substituída ou modificada por uma quebra de paradigma, geralmente resultante da ancoragem de novos significados.

3. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Tolbert e Zucker (2007) mencionam que a institucionalização muitas vezes é tratada como um estado qualitativo: as práticas organizacionais ou são institucionalizadas ou não o são. Negligenciam-se dessa forma questões relevantes sobre variações dos níveis de institucionalização e

sobre como essas variações podem afetar o grau de similaridade entre conjuntos e organizações.

A continuidade de transmissão dos processos incrementa a institucionalização, e quanto maior o conhecimento sobre a historicidade do processo, maior é essa continuidade. Esse conhecimento cria um universo de senso comum compartilhado pelos indivíduos (ZUCKER, 1991).

Para Selznick (1996:2) “a teoria institucional investiga a emergência de formas, processos, estratégias, perspectivas distintas e competências à medida que estes emergem de padrões de interação e adaptação da organização”. Powell e Colyvas (2008) acrescentam que a análise institucional necessita de maior atenção nos processos cotidianos do que em eventos ocasionais, e que atenção também deve ser dada aos membros menos poderosos da organização, e não apenas a líderes e campeões.

De acordo com DiMaggio e Powell (2005), as organizações estão mais homogêneas e menos orientadas para a concorrência e a necessidade de eficiência. Selznick (1996) menciona que muitas vezes o mimetismo ocorre como uma resposta a situações incertas em momentos de ansiedade, e que frequentemente o principal objetivo é sobreviver, e não resolver o problema por definitivo.

Essa homogeneidade surge com a repetição e transferência do conhecimento sobre a realização de determinadas ações para outras pessoas ou organizações, fazendo assim com que essas ações se tornem verdadeiros hábitos:

Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica além disso que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico (BERGER; LUCKMANN, 1996:77).

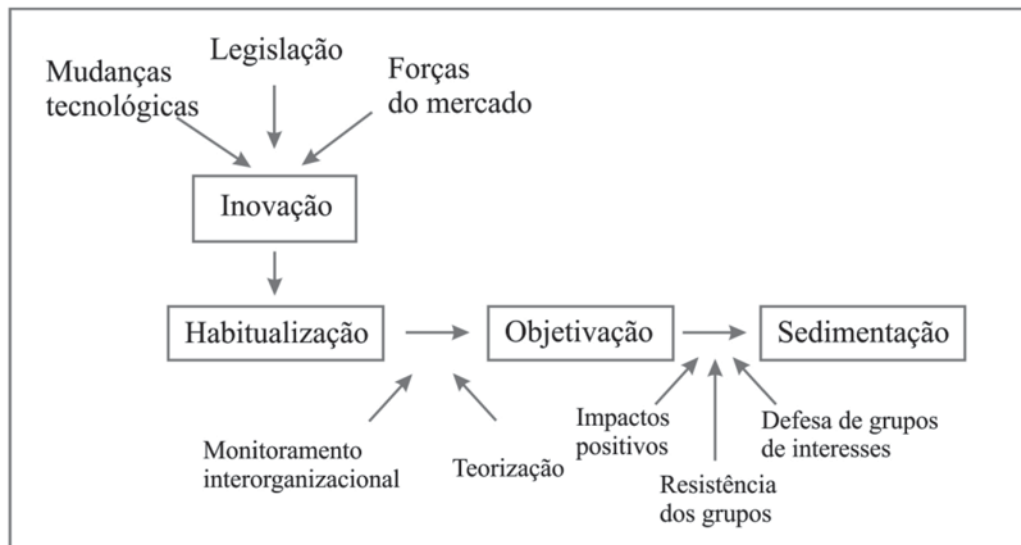
De acordo com Berger e Luckmann (1996), as condutas institucionalizadas envolvem certo número de papéis que participam do controle da institucionalização. Esses papéis representam a ordem institucional que se realiza em dois níveis: a execução do papel representa a si mesma e o papel representa uma completa necessidade institucional de conduta. Suas origens encontram-se nos mesmos processos de formação dos hábitos e da objetivação, e toda conduta institucionalizada envolve certo número de papéis que participam do caráter controlador da institucionalização, representando a ordem institucional. Conforme o papel que o indivíduo realiza na sociedade, ele constrói “um apêndice socialmente definido de conhecimentos”. As instituições também são representadas por estruturas sociais, expressas por objetivações linguísticas, objetos físicos, naturais e artificiais. Essas representações têm de ser continuamente vivificadas para não morrerem (BERGER; LUCKMANN, 1996:109).

Para Berger e Luckmann (1996), quanto maior for o compartilhamento das estruturas importantes de uma sociedade, mais ampla será a esfera da institucionalização. Quando menor, a esfera da

institucionalização será estreita e possivelmente fragmentada. Já para Scott (2001), a pressão para a institucionalização varia de acordo com o tamanho da organização, pois pode haver uma autoridade supervisora em sua jurisdição que a leve a institucionalizar mais rapidamente certas práticas. Além disso, dependendo da regulamentação do ramo de atividade, das diferenças de tempo e de espaço entre as organizações, da força das crenças cognitivas e dos controles normativos, e da quantidade ou qualidade das ligações com outros atores de outros ambientes, a pressão para a institucionalização também pode variar.

A Figura 1 a seguir demonstra o processo de institucionalização, que se inicia com uma inovação, passa pela habitualização e objetivação e termina com a sedimentação:

Figura 1: Processo de institucionalização



Fonte: TOLBERT; ZUCKER, 2007.

A necessidade de inovação pode ser derivada a mudanças tecnológicas, legais ou por força do mercado, fazendo com que o sistema vigente entre em crise. A habitualização é o estabelecimento de padrões de comportamento para a resolução dos problemas em questão. Criam-se novas estruturas independentes. Esses padrões de atuação podem ser utilizados por outras empresas (se houver alguma forma de comunicação entre elas), iniciando-se assim um isomorfismo mimético (TOLBERT; ZUCKER, 2007).

Com a objetivação, as ações começam a ter significados compartilhados pela sociedade. Quanto maior a disseminação da estrutura, mais ela é vista como uma escolha ótima, em razão do menor grau

de incerteza. Os grupos de interesses são os defensores da estrutura e executam duas importantes tarefas: divulgam a existência de fracasso e insatisfação de determinadas organizações e fazem um diagnóstico, fornecendo uma solução ou tratamento para o problema dessa determinada organização. As evidências podem ser colhidas de uma variedade de fontes (noticiários, observações diretas, etc.). Pode-se mencionar que a objetivação da estrutura é, em parte, resultado do monitoramento que a organização faz de seus competidores e dos esforços para aumentar a competitividade. Essa teorização dá legitimidade normativa e cognitiva à estrutura, que se intensifica com exemplos de

sucesso, deixando de ser uma simples imitação (TOLBERT; ZUCKER, 2007).

A transmissão das tipificações aos novos membros ocorre na terceira fase: a sedimentação. Os atores envolvidos, por não terem conhecimento da origem das tipificações, tratam-nas como dados sociais e isso faz com que elas se perpetuem pela história, sobrevivendo por várias gerações (TOLBERT; ZUCKER, 2007). Dessa forma, o processo termina com a formação de uma nova instituição, que só se extinguirá caso grupos tomadores de decisão forem afetados negativamente, ou pela falta contínua de resultados decorrentes de sua adoção. Atingindo-se esse grau de institucionalização total, a propensão dos atores para realizar avaliações independentes significativas da estrutura declinará significativamente.

Para Tolbert e Zucker (2007:203), o conjunto de processos sequenciais apresentado sugere uma variação nos níveis de institucionalização, implicando que “alguns padrões de comportamento social estão mais sujeitos do que outros à avaliação crítica, modificação e mesmo eliminação”. Os níveis de institucionalização podem variar em relação ao seu grau de profundidade no sistema social.

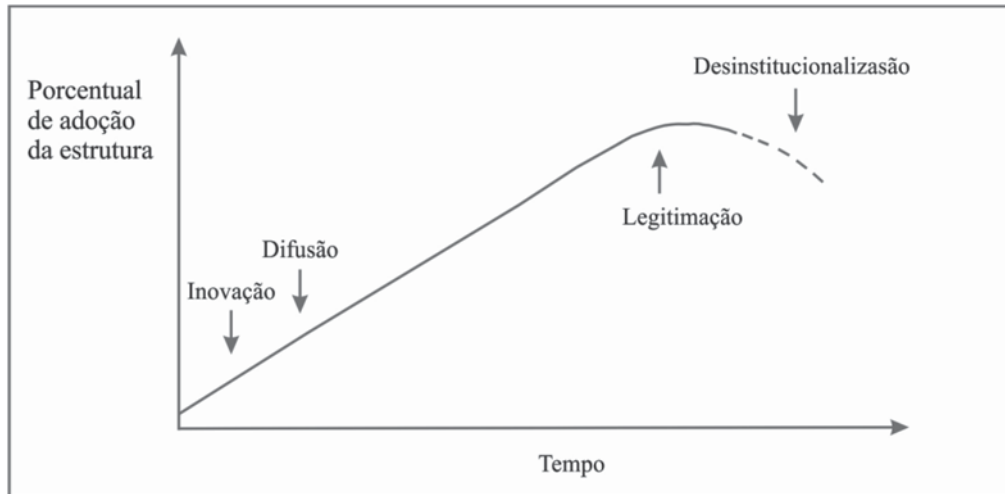
Para Jepperson (1991), uma possível medida do grau de institucionalização de um objeto pode ser a vulnerabilidade deste a intervenções sociais, que é menor à medida que o objeto está mais enraizado na estrutura organizacional e mais tido como não passível de questionamento. O autor ainda destaca que mesmo elementos ilegítimos da sociedade, como

corrupção política e crime organizado, podem ser institucionalizados.

Observa-se também que o processo de institucionalização é reversível por várias razões históricas, como os processos de privatização. Entretanto, as instituições tendem a perdurar, a menos que se tornem problemáticas. Quanto maior o nível de institucionalização e quanto mais abstrata ela for, mais difícil para a instituição se desinstitucionalizar. Para Berger e Luckmann (1996), as pessoas fazem as coisas não porque estas dão resultados, mas porque são certas, mesmo que sob a percepção de um observador externo tais atos não sejam mais úteis à sociedade.

Lawrence, Winn e Jennings (2001 *apud* FREITAS; GUIMARÃES, 2005) expõem o padrão dos eventos do processo de institucionalização, onde podem ser observadas as fases: (1) fase inicial de inovação envolvendo poucos atores; (2) fase de rápida difusão; (3) fase de saturação e legitimação completa; e (4) fase de desinstitucionalização, como mostra a Figura 2 a seguir:

Figura 2: Curva tradicional de institucionalização



Fonte: LAWRENCE; WINN; JENNINGS, 2001 *apud* FREITAS; GUIMARÃES, 2005.

Como pode ser observado na Figura 2, é necessário tempo (geralmente anos) para que a mudança de fase ocorra, e com o tempo de mudança de fase cresce o porcentual de adoção da estrutura. O marco “zero” da institucionalização pode ser considerado a inovação, enquanto a legitimação é o nível máximo a que pode chegar. Com o tempo e a necessidade de outras inovações, a estrutura tende a se desinstitucionalizar, diminuindo assim o porcentual de sua adoção.

A legitimação produz novos significados que integram os significados já existentes nos processos institucionais, principalmente nos casos em que a origem real das sedimentações perdeu importância, e explica a ordem institucional, dando validade cognitiva aos significados objetivados, dando

dignidade normativa aos imperativos práticos e implicando valores e conhecimento. Sua função é tornar objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis as objetivações que foram institucionalizadas (BERGER; LUCKMANN, 1996).

Aqueles que detêm o poder podem trabalhar com uma considerável resistência à institucionalização de uma mudança social, pois quando eles possuem os recursos e a mudança vem a alterar a ordem vigente, esses atores não participarão da nova ordem e farão o possível para essas mudanças não ocorrerem. Ao se considerar o aspecto interpretativo, observa-se que, juntamente com a dominação, a legitimidade constitui o poder, uma vez que esse poder precisa de uma sustentação social cognitivo-normativa que o

explique. Essa legitimidade será depois utilizada pelos atores para se manterem no poder (MACHADO-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; BECKERT, 1999). Para se ter ideia do alcance desse poder, é importante lembrar que todos os sistemas sociais, assim como as organizações, estão em um ambiente institucional que delimita sua realidade (SCOTT, 1987).

4. PRINCIPAIS SEMELHANÇAS ENTRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A TEORIA INSTITUCIONAL

Primeiramente, há que registrar que nos primórdios da Teoria Institucional e da Teoria das Representações Sociais ambas eram tratadas como deterministas. No caso da Teoria das Representações Sociais, isso ocorreu em razão da grande influência dos trabalhos de Durkheim (2003) sobre representações coletivas. Para esse autor, os modos de pensar, agir e sentir exteriores ao indivíduo exercem uma forte coerção sobre ele.

Os tipos de coerção existentes nas representações, de acordo com Durkheim (2003), são as leis, a consciência pública, as convenções sociais, o idioma, entre outros; e as orientações e organizações citadas por Jodelet (2001), como difusão e assimilação do conhecimento, desenvolvimento individual e coletivo, definição das identidades pessoais e sociais, expressão de grupos e transformações sociais, também podem ser encontradas no trabalho de DiMaggio e Powell (2005) que trata do isomorfismo coercitivo, normativo e mimético. Observa-se também que as entidades institucionalizadas e legitimadas são as

responsáveis pela criação de coerções que influenciam tanto as representações sociais como as demais instituições por meio do isomorfismo coercitivo e normativo (VIEIRA; LOPES; CARVALHO, 1999; FARR, 2002).

De fato, pode-se perceber uma perspectiva social durkheimiana na Teoria Institucional, na qual a cristalização de padrões sociais (instituições) transfere os significados da estrutura social para os agentes. Com o passar do tempo, começou a ser aceita uma perspectiva weberiana, segundo a qual o agente interpreta sua realidade, dando assim um aspecto cognitivo ao processo de institucionalização e negando a transferência direta mencionada na perspectiva anterior.

A partir desse ponto, ambas as teorias começaram a mudar, caminhando para a percepção de uma realidade social construída, em que o ser humano não apenas é influenciado pelo meio social, mas também o influencia, em uma recursividade cíclica. Com essa perspectiva, tanto a Teoria das Representações Sociais como a Teoria Institucional passaram a enfatizar o aspecto cognitivo.

Sendo assim, a cognição dos atores (conhecer o mundo de certo modo) tornou-se um aspecto de grande importância na Teoria das Representações Sociais (JOVCHELOVITCH, 2000); também é considerada um importante pilar da instituição e um mecanismo isomórfico que necessita de interpretações subjetivas das ações, somadas às representações que os indivíduos fazem de seus ambientes configuradores de suas ações (SCOTT, 2001;

DIMAGGIO; POWELL, 2005). O institucionalismo dá a devida importância ao cognitivo, pois nele é necessário um mínimo de interpretação, mesmo nos mecanismos coercitivos e normativos de isomorfismo, que não possuem essa característica como a principal; além disso, tem seu foco primário nas crenças culturais (DIMAGGIO; POWELL, 2005). As representações sociais, por sua vez, dependem do sistema de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo, enfatizando o cognitivo (MOSCOVICI, 2004).

O isomorfismo, por sua vez, é a forma pela qual a institucionalização se difunde, podendo ser transmitida, entre outros meios, pelo sistema simbólico que inclui cultura, representações, modelos, valores, etc. (SCOTT, 2001). Selznick (1996) menciona que a ênfase cognitiva relembra que as interações culturais e organizacionais são mediadas por mentes socialmente construídas, possibilitam um olhar mais próximo pela organização e ajudam a identificar formas específicas de agir e pensar dos sujeitos, aspectos estes importantes para ambas as teorias.

Muitas das instituições e das representações sociais fazem parte das sociedades desde gerações passadas, ou seja, são anteriores aos homens que vivem nos dias de hoje, e, depois de criadas, muitas vezes adquirem vida própria, se propagam, dão origem a novas representações sociais e instituições; as mais antigas por sua vez, podem desaparecer. Quanto menor é a consciência da influência das instituições e das representações sociais, maior é o impacto delas na sociedade (BERGER; LUCKMANN, 1996; MOSCOVICI, 2004).

O entendimento de ambas as teorias deve ser realizado no nível supraindividual, considerando os indivíduos apenas como membros de grupos sociais, pois essas teorias não podem, de forma alguma, ser consideradas como um agregado de mentes, atributos ou motivos individuais. São, sim, reflexos de processos sociais que tomam lugar entre os membros de uma unidade social, indo em direção a explicações cognitivas e culturais (RAUDSEPP, 2005; DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Nas sociedades modernas, os elementos da estrutura formal racionalizada refletem o entendimento da realidade social (MEYER; ROWAN, 1977), ou seja, podem ser reflexos das representações sociais dos atores. Em contrapartida, a Teoria Institucional pode investigar a emergência de representações sociais, da mesma forma que, segundo Selznick (1996), ela investiga a emergência de formas, processos e estratégias.

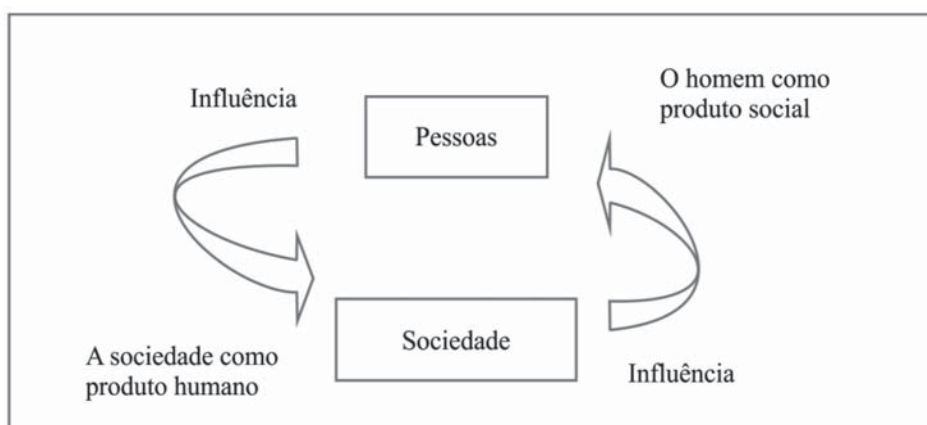
Para Castro e Batel (2008), a situação exposta acima torna as representações sociais um fenômeno com três dimensões interdependentes: individual, contextual-relacional e institucional-cultural. Essa tridimensionalidade se torna muito clara quando se considera a difusão que as instituições dão às novas normas na sociedade, algo que seria impossível sem a presença dos aspectos psicológicos, cognitivos e relacionais dos indivíduos e a interdependência das três dimensões citadas pelos autores. Não é possível pensar em representações sociais que existam apenas na cabeça das pessoas (cognição), ou apenas em seus relacionamentos, ou então apenas nas práticas institucionais, normas e leis das sociedades; também

não é possível pensar em sua existência a partir da união de apenas duas das dimensões mencionadas.

Jodelet (2001) defende que um dos postulados fundamentais na Teoria das Representações Sociais é o da inter-relação entre as formas de organização e de comunicações sociais e as modalidades do pensamento social. Segundo Jodelet (2001), Durkheim defendia a existência do “isomorfismo” entre representações e instituições, no qual as categorias, que classificam os objetos, são solidárias às formas do agrupamento social e à organização da sociedade pelas relações entre as classes.

Dessa forma, para entender ambas as teorias é importante considerar três fatores discutidos por Berger e Luckmann (1996): a sociedade como produto humano, a sociedade como realidade objetiva e o homem como produto social. A objetividade do mundo social faz com que o homem se situe fora dele e, dessa forma, pode fazer com que ele se esqueça de que é possível refazê-lo; no caso de papéis, pode fazer com que as pessoas neguem a responsabilidade por suas ações, pelo fato de suas ações serem apreendidas como uma fatalidade inevitável. A Figura 3 a seguir ilustra esse processo:

Figura 3: Processo recursivo da construção social da realidade



Fonte: Adaptado de Berger e Luckmann (1996).

Pode-se notar que as pessoas influenciam a sociedade, tornando-a sua criação, e que, em contrapartida, a sociedade influencia as pessoas, tornando-as um produto social e dando origem, assim, a um processo recursivo e não determinista.

4.1 O processo de institucionalização das representações sociais

Para Scott (2001), Durkheim considerava os sistemas simbólicos – as crenças, o conhecimento (neste incluídas as representações) e a autoridade moral – como instituições sociais, pois esses sistemas

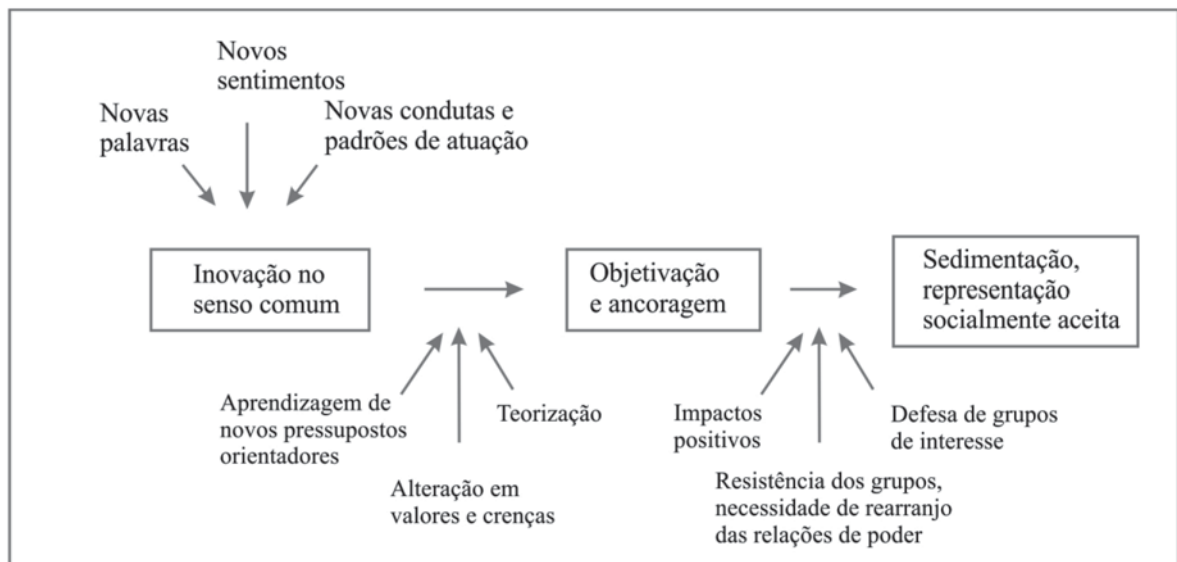
existem não apenas como crenças internalizadas, mas também como quadros externos. Ou seja, embora produtos da interação humana, são experimentados pelos indivíduos como algo objetivo. O ambiente funciona como uma fonte de significados para os membros das organizações, influenciando de forma ativa essas instituições sociais.

Segundo Berger e Luckmann (1996), da mesma forma como ocorre na legitimação das instituições, há vários níveis de legitimação do universo simbólico. A principal diferença entre esta e aquela é que o universo simbólico já é por si mesmo um fenômeno teórico e se conserva como tal em todas as situações, não descendo ao nível pré-teórico, como ocorre com as instituições. Para se defender contra ameaças externas, o universo simbólico pode se modificar pelos mecanismos conceituais construídos.

Esses mecanismos acarretam sempre a sistematização de legitimações cognitivas e normativas que estão ingenuamente presentes na sociedade, mas que se solidificam no universo simbólico. Alguns dos tipos mais importantes de mecanismos conceituais são: a mitologia, a teologia, a filosofia e a ciência. É importante mencionar que, na atual sociedade pluralista, compartilha-se um universo núcleo que é indubitável (aceito socialmente), e diversos universos parciais coexistem em um estado de mútua acomodação (BERGER; LUCKMANN, 1996).

A fim de ilustrar o processo de institucionalização das representações sociais, foi desenvolvida a Figura 4, mostrada a seguir:

Figura 4: Processo de institucionalização das representações sociais



Fonte: Adaptada de Berger e Luckmann (1996); Minayo (1996, 2002); Moscovici (2004); Jovchelovitch (2000); Takahashi e Fischer (2007); Tolbert e Zucker (2007).

Como é observado na Figura 4, é a partir das mudanças nas palavras, sentimentos e condutas de uma sociedade que se iniciam as mudanças no senso comum. Ou seja, para Minayo (2002:108), “as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais”. O senso comum é a forma do conhecimento e da interação social; embora possua limitações referentes à experiência existencial do sujeito, também possui graus de clareza e nitidez em relação à realidade. Origina-se das contradições do cotidiano das classes sociais “e sua expressão marca o entendimento delas com seus pares, seus contrários e com as instituições” (MINAYO, 1996:173).

Brito *et al.* (2002) acrescentam que as representações sociais se manifestam em sentimentos, palavras e condutas que já estão institucionalizados, e que isso permite que a visão de mundo de diferentes grupos sociais seja acessada por meio dessas representações, demonstrando o conformismo, contradições e conflitos presentes nas percepções desses sujeitos. Por sua vez, os padrões culturais serão superados e novos valores serão institucionalizados se houver um reordenamento do universo simbólico, um rearranjo das relações de poder e a aprendizagem de novos pressupostos orientadores da ação organizacional, rumo à conquista da legitimidade social.

Assim, como foi visto anteriormente na Figura 1, de Tolbert e Zucker (2007), as mudanças podem ser iniciadas por fatores tecnológicos, leis ou forças do mercado. Castro e Batel (2008) também mencionam que processos psicossociais ocorrem quando a sociedade altera leis ou normas que demandam das instituições, da sociedade e dos indivíduos a transformação de ideias e a realização de novas práticas. Entretanto, tais mudanças não ocorrem rapidamente, pois há grande dificuldade em transformar normas prescritivas (o que deveria ser) em normas descritivas (o que realmente acontece), como é observado na Figura 4.

Depois da inovação, é necessário que haja uma aprendizagem dos novos pressupostos orientadores e que, com isso, seja possível realizar a teorização. De acordo com Berger e Luckmann (1996), para entender a integração de uma ordem institucional é necessário compreender o conhecimento que seus membros têm dela. O universo simbólico, que é construído por meio de objetivações sociais, é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais, que englobam toda a sociedade histórica:

Enquanto o universo simbólico legitima a ordem institucional no mais alto nível de generalidade, a teorização relativa ao universo simbólico pode ser considerada, por assim dizer, uma legitimação de segundo grau. Todas as legitimações, das mais

simples legitimações pré-teóricas de significados institucionalizados distintos até o estabelecimento cósmico de universos simbólicos, podem, por sua vez, ser consideradas como mecanismos de manutenção do universo. Estes mecanismos, conforme é fácil ver, exigem desde o início uma grande complicação conceitual (BERGER; LUCKMANN, 1996:143).

Para Weick (1995), os indivíduos criam significados por meio de modelos mentais ou representações simplificadas, e essas representações permitem aos indivíduos perceber o contexto além das sensações imediatas, modificando sua percepção da realidade. Isso, por sua vez, segundo Patriotta (2003 *apud* TAKAHASHI; FISCHER, 2007), pode ser acompanhado de uma alteração de valores e de crenças compartilhadas, associada à aprendizagem de circuito duplo, caracterizando uma mudança cultural e/ou uma mudança no estado do conhecimento, com a ocorrência de um ciclo de criação, utilização e principalmente de institucionalização do conhecimento.

Conforme Friedland e Alford (1991), indivíduos podem alterar ou reinterpretar símbolos e práticas, e no momento em que essas interpretações servem a um objetivo específico, adquirindo utilidade e passando a ser amplamente compartilhadas, adquirem caráter racional (VIEIRA; CARVALHO, 2003). Jovchelovitch (2000) acrescenta que, ao se objetivar o novo conhecimento, ancora-se o desconhecido em uma realidade já institucionalizada, alterando assim os significados que as sociedades lutam para perpetuar.

De acordo com Patriotta (2003 *apud* TAKAHASHI; FISCHER, 2007), é necessário dar maior atenção à institucionalização das formas de conhecimento, que é o processo pelo qual os componentes significativos do conhecimento e da ação humana são registrados em estruturas de significação estáveis. Child e Heavens (2001 *apud* TAKAHASHI; FISCHER, 2007) defendem que, além das práticas organizacionais, as práticas das aprendizagens também são concebidas a partir do que é possível, legítimo e legal institucionalmente, e são sustentadas por regras e convenções aprovadas socialmente.

Para chegar ao último nível do processo e ter o conhecimento institucionalizado, segundo Takahashi e Fischer (2007), com base em Child e Heavens, é necessário que o conhecimento tenha sido legitimado, alcançado determinado grau de aceitação social, reconhecido como eficaz e necessário, assim como registrado e formalizado. A interação social e a construção das atividades realizam a apropriação, e o próprio ambiente do trabalho funciona como o laboratório para a institucionalização do conhecimento.

As instituições tornam as representações sociais menos variáveis e mais estáveis. E, além de induzirem a regularidade e a homogeneidade por meio da cognição, ainda iniciam e editam as representações sociais. Para Scott (2001), o conhecimento social, uma vez institucionalizado, existe como um fato, como parte da realidade objetiva, e pode ser transmitido diretamente aos membros e organizações de uma sociedade. Friedland e Alford (1991) reforçam essa afirmação ao proporem

que é por meio do cotidiano e dos comportamentos rituais mais institucionalizados que os indivíduos reproduzem a ordem simbólica da instituição e os relacionamentos sociais que conectam este mundo a uma ordem transracional.

Importa destacar que, da mesma forma como acontece com as instituições, as representações sociais podem sofrer um processo de desinstitucionalização à medida que forem ocorrendo inovações que tornem as representações anteriores obsoletas, que surjam pequenas mudanças na concepção da realidade pelos atores, inserindo alterações nas representações sociais de uma determinada sociedade ou de mecanismos conceituais construídos para defender o universo simbólico vigente de ameaças externas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi propor a utilização conjunta da Teoria das Representações Sociais e da Teoria Institucional como uma opção para análises organizacionais que visem interpretar o entendimento que membros das organizações possuem de determinados fenômenos, assim como compreender como se dá o processo de construção desses fenômenos.

Assim, há que destacar o caráter descritivo da integração teórica sugerida, pois se pretendeu, com este estudo, demonstrar que fenômenos organizacionais podem ser mais bem entendidos a partir da compreensão de como certas “verdades” nascem e por quais processos passam até se sedimentarem (ou não). Além disso, a aliança entre as duas teorias ajuda também a compreender quais são

os atores e os papéis desempenhados por eles nesse processo de construção e institucionalização das representações sociais.

Como apresentado neste estudo, ambas as teorias tiveram que se renovar ao longo do tempo e adquiriram um caráter multidisciplinar, fazendo com que muitas áreas da ciência acabassem se interessando por elas: Sociologia, História, Administração. Além disso, ambas parecem estar caminhando em direção de se tornarem teorias gerais dos fenômenos sociais, no sentido de esclarecerem por que certos fenômenos (ou representações) se tornam institucionalizados e acabam dando sentido às ações da sociedade.

Com a pesquisa bibliográfica realizada para a feitura deste artigo, pôde-se observar que a Teoria Institucional ajuda a compreender como determinadas representações são construídas ao longo do tempo e que atores foram determinantes nesse processo de institucionalização. Da mesma forma, a Teoria das Representações Sociais é adequada para o estudo de como se dá a construção social da realidade e, além disso, não trabalha apenas com o cognitivo, mas também com aspectos emocionais e afetivos, considerando o entendimento no nível do senso comum.

Sendo assim, ambas as teorias podem se complementar, considerando-se os aspectos cognitivos, emocionais e as relações de poder e interesses envolvidos no processo de institucionalização dos fenômenos sociais. Ambas tiveram origens semelhantes (baseadas em Durkheim), partem dos mesmos princípios ontológicos e epistemológicos, sofreram alterações

similares, de modo que hoje podem se tornar profícuas em trabalhos que buscam entender a constituição de processos e estruturas organizacionais.

Ou seja, enquanto a Teoria das Representações Sociais ajuda a compreender como se dá o processo de transformação de “verdades” em o universo consensual (senso comum), a Teoria Institucional ajuda a compreender como os processos sociais, obrigações, realidades ou representações sociais assumiram uma condição de regra no pensamento social e na ação. A aliança teórica proposta tem o poder, então, de descrever a realidade do objeto de estudo desde sua origem em trabalhos de caráter longitudinal.

Dessa forma, seguindo a sugestão de Raudsepp (2005) de que os fenômenos têm uma explicação mais rica a partir de alianças teóricas, o presente ensaio propôs essa possibilidade. Como visto na argumentação apresentada, essa aliança pode enriquecer a compreensão sobre como os indivíduos se colocam e interpretam seu contexto, assim como auxiliar no entendimento de como os participantes organizacionais mantêm ou tentam mudar as forças que guiam suas práticas diárias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKERT, Jens. Agency, entrepreneurs, and institutional change. The role of strategic choice and institutionalized practices in organizations. *Organization Studies*, v. 20, n. 5, p. 777-799, Sept. 1999. <http://dx.doi.org/10.1177/0170840699205004>

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRITO, Mozar José de; CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; BRITO, Valéria da G. Pereira; CRAMER, Luciana Os dilemas dos processos de mudança em uma organização pública: uma análise das representações sociais sobre a prática de P&D multi e interdisciplinar. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 9, n. 23, p. 77-97, 2002.

CASTRO, Paula; BATEL, Susana. Social representation, change and resistance: on the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, v. 14, n. 4, p. 475-497, 2008. <http://dx.doi.org/10.1177/1354067X08096512>

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. Introduction. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analyses*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 1-40.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr./jun. 2005.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREITAS, Carlos Alberto Sampaio de; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Isomorfismo, institucionalização e legitimidade: a atividade de auditoria operacional no Tribunal de Contas da União. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPAD, 2005. CD-ROM.

FRIEDLAND, Roger; ALFORD, Robert R. Bringing society back in: symbols, practices and institutional contradictions. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

- JEPPERSON, Ronald L. Institutions, institutional effects and institutionalism. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (Ed). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chigaco: University of Chigaco Press, 1991. p.143-63.
- JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis; FONSECA, Valéria Silva da; CRUBELLATE, João Marcelo. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 9-39, 2005.
- MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977. <http://dx.doi.org/10.1086/226550>
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- OLIVEIRA, Sidnei Rocha de; SILVEIRA, Cássia da Silva. O trabalho como representação: a visão dos jovens universitários. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 1., 2007, Natal-RN. *Anais...* Natal: ANPAD, 2007. CD-ROM.
- POWELL, Walter W.; COLYVAS, Jeannette A. Microfoundations of institutional theory. In: GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SUDDABY, Roy; SAHLIN, Kerstin. *The Sage handbook of organizational institutionalism*. Thousand Oaks-CA: Sage, 2008.
- RAUDSEPP, Maaris. Why is it so difficult to understand the theory of social representations? *Culture Psychology*, v. 11, n. 4, p. 455-468, 2005. <http://dx.doi.org/10.1177/1354067X05058587>
- SCOTT, W. Richard. The adolescence of institutional theory. *Administrative Science Quarterly*, Cornell University, v. 32, n. 4, p. 493-511, 1987.
- SCOTT, W. Richard. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks-CA: Sage, 2001.
- SELZNICK, Philip. Institutionalism “old” and “new”. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.
- TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch; FISCHER, André Luiz. Aprendizagem organizacional como mudança cultural e institucionalização do conhecimento. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 1., 2007, Natal-RN. *Anais...* Natal: ANPAD, 2007. CD-ROM.
- TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. Sobre organizações, instituições e poder. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Orgs.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; LOPES, Fernando D.; CARVALHO, Cristina Amélia P. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu-PR. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. CD-ROM.

WEICK, Karl E. *Sensemaking in organizations*. Thousand Oaks-California: Sage, 1995.

ZUCKER, Lynne G. The role of institutionalization in cultural persistence. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago, 1991.